

1. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTEMPORÂNEO DE DEZEMBRO DE 2017

Sem maiores alterações nas receitas e com estimativa de queda nas despesas obrigatórias, o relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas, divulgado em dezembro, autorizou novo descontingenciamento orçamentário, de R\$ 5 bilhões (Decreto nº 9.248/17). Levando em conta a liberação dos três últimos relatórios, foram descontingenciados R\$ 25,3 bilhões só no último trimestre do ano. Isso permitiu reduzir o volume de recursos bloqueados em 2017, que chegou a R\$ 42,1 bilhões em março¹, para R\$ 19,6 bilhões, conforme mostra a tabela 4.

TABELA 4. HISTÓRICO DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DE 2017

	Rel 1º Bim	Rel Ext. Mar	Rel 2º Bim	Rel 3º Bim	Rel 4º Bim	Rel 5º Bim	Rel Ext. Dez
Sugestão de contingenciamento	-58.168,9	16.043,9	3.146,6	-5.951,7	12.824,2	7.515,8	5.003,2
Acumulado	-58.168,9	-42.125,0	-38.978,4	-44.930,1	-32.105,9	-24.590,1	-19.586,9

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - Extemporâneo de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/relatorios-de-avaliacao-fiscal>. Acesso em 03/01/2018. Elaboração: IFI.

A recomposição parcial da programação da última avaliação decorreu basicamente da redução de R\$ 4,4 bilhões nas despesas obrigatórias esperadas, em comparação ao relatório de novembro. As receitas, por sua vez, sofreram pequenas variações: redução de R\$ 0,9 bilhão nas brutas e ampliação de R\$ 0,4 bilhão nas líquidas. Essas alterações embutem compensações entre a elevação em receitas administradas (R\$ 4,2 bilhões) e a redução nas não administradas (R\$ 5,4 bilhões), fruto ainda de reclassificação de receitas de programas de parcelamentos especiais, discutida adiante.

Do ponto de vista dos parâmetros utilizados no relatório, destaque para a previsão de elevação do crescimento do PIB real, de 0,5% para 1,1%. Além disso, a expectativa de inflação, medida pelo IPCA, foi reduzida de 3,2% para 2,9%. Os resultados do relatório extemporâneo de dezembro estão sintetizados na tabela 5, que os compara com a avaliação anterior e com os números estimados pela IFI.

¹ O bloqueio de R\$ 58,2 bilhões sugerido pelo Relatório Bimestral do 1º bimestre não chegou a ser implementado, dada a dificuldade em cumpri-lo. Esse valor foi reduzido para R\$ 42,1 bilhões (Decreto nº 9.018/17, no caso do Poder Executivo), por meio da avaliação extemporânea de março, na qual passou-se a considerar novas medidas com impacto sobre as receitas.

TABELA 5: COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (R\$ MILHÕES E % DO PIB)

Discriminação	Decreto 9.205/17 (A)		Decreto 9.248/17 (B)		(B - A)	
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.379,7	21,2	1.378,8	21,2	-0,9	0,0
I.1 - Receita Administrada pela RFB	826,2	12,7	830,4	12,8	4,2	0,1
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	375,3	5,8	375,5	5,8	0,3	0,0
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	178,3	2,7	172,9	2,7	-5,4	-0,1
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	230,1	3,5	228,8	3,5	-1,3	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.149,6	17,7	1.150,0	17,7	0,4	0,0
IV. DESPESA TOTAL	1.308,6	20,1	1.309,0	20,1	0,4	0,0
IV.1 Despesas Obrigatórias	1.041,8	16,0	1.037,4	15,9	-4,4	-0,1
IV.1.1 Benefícios Previdenciários	561,1	8,6	561,4	8,6	0,3	0,0
IV.1.2 Pessoal e Encargos Sociais	284,9	4,4	285,0	4,4	0,1	0,0
IV.1.3 Abono e Seguro Desemprego	57,9	0,9	57,2	0,9	-0,7	0,0
IV.1.4 Ben. Prest. Continuada LOAS/RMV	54,4	0,8	54,4	0,8	0,0	0,0
IV.1.5 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	5,1	0,1	5,3	0,1	0,2	0,0
IV.1.6 Comp. RGPS Desoneração Folha	14,1	0,2	13,9	0,2	-0,2	0,0
IV.1.7 FUNDEB (Complem. União)	13,0	0,2	13,1	0,2	0,0	0,0
IV.1.8 Fundo Constitucional DF	1,4	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0
IV.1.9 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	3,9	0,1	3,9	0,1	0,0	0,0
IV.1.10 Sentenças Judiciais e Precatórios	10,8	0,2	10,8	0,2	0,0	0,0
IV.1.11 Subsídios, Subvenções e Proagro	23,1	0,4	20,1	0,3	-2,9	0,0
IV.1.12 FIES	6,2	0,1	6,1	0,1	0,0	0,0
IV.1.13 Outras Despesas Obrigatórias	5,9	0,1	4,7	0,1	-1,3	0,0
IV.2 Despesas com controle de fluxo	266,8	4,1	271,7	4,2	4,9	0,1
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-159,0	-2,4	-159,0	-2,4	0,0	0,0

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - Extemporâneo de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/relatorios-de-avaliacao-fiscal>. Acesso em 03/01/2018. Elaboração: IFI.

Pelo lado da arrecadação, a última avaliação trouxe aumento tanto nas receitas administradas (R\$ 4,2 bilhões), quanto nas previdenciárias (R\$ 0,3 bilhão), ao passo que nas não administradas houve recuo de R\$ 5,4 bilhões.

Em relação às receitas administradas, segundo o governo, R\$ 2,5 bilhões deveram-se à arrecadação efetiva de novembro superior ao anteriormente previsto, enquanto o R\$ 1,7 bilhão restante decorreu de reclassificação entre receitas administradas e não administradas. A reclassificação originou-se de parcelamentos especiais, que até então não haviam sido devidamente classificados de acordo com os respectivos tributos².

Quanto às receitas não administradas, o recuo de R\$ 5,4 bilhões ante à avaliação anterior foi explicado pelas seguintes reestimativas para menos: operação com ativos (R\$ 2,3 bilhões), devido à retirada da previsão de resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE; receitas próprias (R\$ 1,2 bilhão), decorrente da incorporação de novas informações dos órgãos e da arrecadação até outubro; e da já comentada reclassificação da rubrica de não administradas para administradas (R\$ 1,7 bilhão), decorrentes de programas de parcelamento.

As receitas previdenciárias foram ampliadas em R\$ 0,3 bilhão em resposta à incorporação de dados realizados até novembro.

² A reclassificação ocorreu também internamente às receitas administradas, justificando a maior parte dos acréscimos na COFINS (R\$ 20,1 bilhões), no PIS/PASEP (R\$ 5,5 bilhões) e na CSLL (R\$ 5,2 bilhões), transferidas à conta de redução em Outras Receitas Administradas (R\$ -26,4 bilhões).

Pelo lado das despesas, houve recuo de R\$ 4,4 bilhões em obrigatórias sem controle de fluxo. Destaque para as reduções em créditos extraordinários (R\$ 1,3 bilhão), justificada pela reprogramação dos órgãos envolvidos; e em subsídios, subvenções e proagro (R\$ 2,9 bilhões), resultante da baixa adesão à Lei nº 13.340/2016³, e de valores da ação de subvenção na comercialização de produtos agropecuários que serão inscritos em restos a pagar.

Já em relação às despesas com controle de fluxo, a variação nesta rubrica (R\$ 4,9 bilhões) vem exatamente do descontingenciamento de despesas discricionárias, anunciado no relatório extemporâneo aqui comentado.

³ Projeto de lei aprovado pelo Congresso prorrogou o prazo para concessão de subvenção econômica até 27 de dezembro de 2018.